

PC-RO

DELEGADO DE POLÍCIA

Polícia Civil do Estado de
Rondônia



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

1 Aspectos gerais; limites; evolução político-administrativa e econômica;
Setores produtivos da agropecuária;
Hidrografia;
Área e população;
Zoneamento socioeconômico e ecológico;
Mudanças climáticas, antropoceno e amazônia;
Expansão do neopentecostalismo na amazônia;
Exploração, conquista, ocupação e colonização da amazônia;
ciclos da borracha;
Mercantilismo e políticas de colonização dos vales do madeira e guaporé;
Submissão e resistência dos povos indígenas, escravizados, quilombolas e populações tradicionais;
Navegação no rio madeira;
Abertura do rio Amazonas à navegação internacional;
Exploração e colonização do oeste da amazônia;
Processo de ocupação e expropriação indígena na área do Beni;
Mão de obra para os seringais do alto madeira;
Tratado de Petrópolis e a questão acreana;
Construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré;
Território federal do Guaporé e criação do Estado de Rondônia;
Construção das Usinas do Baixo Madeira;
Rondonização da Amazônia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Direito Constitucional, natureza, conceito e objeto.
- 2 Perspectiva sociológica, política e jurídica.
- 3 Fontes formais e concepções positivas.
- 4 Constituição; sentido sociológico, político e jurídico.
- 5 Conceito, objeto e elementos. Classificação das Constituições.
- 6 Constituições Material e Formal, Constituição-Garantia e Constituição Dirigente.
- 7 Aplicabilidade das normas Constitucionais.
- 8 Poder Constituinte.
- 9 Poder Constituinte Originário, derivado e decorrente.
- 10 Reforma e Revisão Constitucionais.
- 11 Limitações do Poder de Revisão.
- 12 Emendas à Constituição.
- 13 Controle da Constitucionalidade: conceito, sistemas de controles, inconstitucionalidade por ação e por omissão, ação declaratória de constitucionalidade.
- 14 Sistema Brasileiro de Constitucionalidade.
- 15 Princípios constitucionais do estado brasileiro.
- 16 O Estado Brasileiro.
- 17 Estado democrático de direito.
- 18 A República Federativa do Brasil.
- 19 Poder e divisão de poderes.
- 20 Federalismo e descentralização do Estado brasileiro.
- 21 Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais.
- 22 Direitos e deveres individuais e coletivos.
- 23 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- 24 Direitos sociais.
- 25 Nacionalidade.
- 26 Cidadania e direitos políticos.
- 27 Partidos políticos.
- 28 Garantias constitucionais individuais.



- 29 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.
- 30 Remédios de Direito Constitucional.
- 31 Organização do Estado Brasileiro.
- 32 Organização Política Administrativa.
- 33 Intervenção do Estado e Municípios.
- 34 A Administração Pública.
- 35 Servidores Cíveis e Militares.
- 36 Organização dos Poderes.
- 37 Poderes da União.
- 38 Sistema de Governo.
- 39 Poder Legislativo: fundamento, atribuições, garantias de independência.
- 40 Processo Legislativo: conceito, objeto, espécies de atos normativos e procedimentos.
- 41 Poder Executivo.
- 42 Forma e Sistema de Governo.
- 43 Chefia de Estado e de Governo.
- 44 Atribuições e responsabilidade do Presidente da República.
- 45 Poder Judiciário e organização da Justiça Brasileira.
- 46 Garantias do Poder Judiciário.
- 47 Funções essenciais da Justiça.
- 48 Defesa do Estado e das instituições Democráticas.
- 49 Forças Armadas e destinação constitucional.
- 50 Organização da Segurança Pública.
- 51 Sistema Tributário Nacional, princípios e limitações do poder de tributar.
- 52 Finanças Públicas: planos, diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- 53 Sistema Financeiro Nacional: fundamento legal, instituições e funcionamento.
- 54 Ordem social, base e objetivos.
- 55 Seguridade Social.
- 56 Educação, Cultura e Desporto.
- 57 Ciência e Tecnologia.
- 58 Comunicação Social.
- 59 Meio Ambiente.
- 60 Família, criança, adolescente e idoso.



61 Decreto nº 678/1992 - Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

62 Constituição do Estado de Rondônia.

63 Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88.

DIREITO PENAL

1 Introdução ao direito penal.

1.1 Conceito, caracteres e função do direito penal.

1.2 Princípios básicos do direito penal.

1.3 Relações com outros ramos do direito.

1.4 Direito penal e política criminal.

2 A lei penal.

2.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação.

2.2 Lei penal no tempo e no espaço.

2.3 Imunidade.

2.4 Condições de punibilidade.

2.5 Concurso aparente de normas.

3 Teoria geral do crime.

3.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade.

3.2 Bem jurídico.

3.3 Tempo e lugar do crime.

3.4 Punibilidade.

3.5 Concurso de crimes e crime continuado.

4 Teoria do tipo.

4.1 Crime doloso e crime culposos.

4.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso.

4.3 Erro de tipo.

4.4 Classificação jurídica dos crimes.

4.5 Crimes comissivos e omissivos.

4.6 Crimes de dano e de perigo.

4.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade.

4.8 Iter criminis.

4.9 Consumação e tentativa.



- 4.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
- 4.11 Arrependimento posterior.
- 4.12 Crime impossível.
- 5 Ilícitude.
- 5.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito.
- 6 Teoria geral da culpabilidade.
- 6.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo.
- 6.2 Princípio de culpabilidade.
- 6.3 Culpabilidade e pena.
- 6.4 Causas de exclusão da culpabilidade.
- 6.5 Imputabilidade.
- 6.6 Erro de proibição.
- 7 Concurso de agentes: autoria e participação; conduta delituosa; resultado; relação de causalidade; imputação.
- 8 Teoria geral da pena.
- 8.1 Cominação das penas.
- 8.2 Penas privativas de liberdade.
- 8.3 Penas restritivas de direitos.
- 8.4 Regimes de pena.
- 8.5 Pena pecuniária.
- 8.6 Medidas de segurança.
- 8.7 Aplicação da pena.
- 8.8 Elementares e circunstâncias.
- 8.9 Causas de aumento e de diminuição das penas.
- 8.10 Fins da pena.
- 8.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena.
- 8.12 Efeitos da condenação.
- 8.13 Execução penal.
- 9 Extinção da punibilidade.
- 9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência.
- 9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.



10 Crimes.

10.1 Crimes contra a pessoa.

10.2 Crimes contra o patrimônio.

10.3 Crimes contra a propriedade imaterial.

10.4 Crimes contra a propriedade intelectual.

10.5 Crimes contra a organização do trabalho.

10.6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

10.7 Crimes contra a dignidade sexual.

10.8 Crimes contra a família.

10.9 Crimes contra a incolumidade pública.

10.10 Crimes contra a paz pública.

10.11 Crimes contra a fé pública.

10.12 Crimes contra a administração pública.

10.13 Crimes contra as finanças públicas.

11 Enunciados dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 Direto processual penal.

1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características.

1.2 Fontes.

1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades.

1.4 Sistemas de processo penal.

2 Inquérito policial.

2.1 Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamentos; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; notitia criminis; delatio criminis; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes.

2.3 Competência da justiça federal e estadual, dos tribunais regionais federais e estaduais, do STJ e do STF, conflito de competência.

3 Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas.

4 Ação penal.

4.1 Conceito, características, espécies e condições.



4.2 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições.

5 Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal.

6 Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo.

7 Provas.

7.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação.

7.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório.

7.3 Valoração.

7.4 Ônus da prova.

7.5 Provas ilícitas.

7.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios.

7.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários.

8 Prisão.

8.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento.

8.2 Prisão em flagrante.

8.3 Prisão temporária.

8.4 Prisão preventiva.

8.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória.

8.6 Fiança.

9 Sentença criminal.

9.1 Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça.

9.2 Citação, intimação, interdição de direito.

9.3 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

9.4 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal.

10 Processo criminal de crimes comuns.

11 Lei nº 12.830/2013 (Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia).

12 Enunciados dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.

13 Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público.



LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

- 1 Lei nº 2.889/1956 (Crime de genocídio).
- 2 Lei nº 7.716/1989 e alterações (Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).
- 3 Lei nº 8.072/1990 e alterações e Lei nº 8.930/1994 (Lei de Crimes Hediondos).
- 4 Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais).
- 5 Lei nº 12.850/2013 e alterações (Crime Organizado).
- 6 Lei nº 9.296/1996 e alterações (Interceptação Telefônica).
- 7 Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura).
- 8 Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).
- 9 Lei nº 9.605/1998 e alterações (Crimes contra o meio ambiente).
- 0 Lei nº 9.613/1998 e alterações (Lavagem de dinheiro).
- 11 Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).
- 12 Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos).
- 13 Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
- 14 Lei nº 12.830/2013 (Investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia).
- 15 Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo).
- 16 Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade).
- 17 Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- 18 Lei nº 8.078/1990 (Crimes contra as relações de consumo).
- 19 Lei nº 10.741/2003 (crimes no Estatuto do Idoso).
- 20 Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo).
- 21 Decreto Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).
- 22 Lei nº 13.431/2017 (Escuta especializada e depoimento especial de criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Conceito e fontes do direito administrativo.
 - 1.1 Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo.
 - 1.2 Princípios da Administração Pública.
- 2 Administração Pública: organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos.



- 3 Administração indireta e entidades paralelas.
- 4 Atos administrativos.
 - 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação.
 - 4.2 Fato e ato administrativo. 4.3 Atos administrativos em espécie.
 - 4.4 O silêncio no direito administrativo.
 - 4.5 Cassação.
 - 4.6 Revogação e anulação.
 - 4.7 Processo administrativo.
 - 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.
 - 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.
 - 4.10 Validade, eficácia e auto executoriedade do ato administrativo.
 - 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos.
 - 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.
 - 4.13 Atos administrativos gerais e individuais.
 - 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários.
 - 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade.
 - 4.16 Ato administrativo inexistente.
 - 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo.
 - 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis.
 - 4.19 Vícios do ato administrativo.
 - 4.20 Teoria dos motivos determinantes.
 - 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
- 5 Poderes da administração pública.
 - 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações.
 - 5.2 Poder disciplinar.
 - 5.3 Poder de polícia.
 - 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia.
- 6 Serviços públicos: regulação, concessão, permissão e autorização do serviço público.
- 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada.
 - 7.1 Intervenção do Estado no domínio econômico.
- 8 Bens públicos.
 - 8.1 Regime jurídico.
 - 8.2 Aquisição e alienação dos bens públicos.





- 8.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares.
- 9 Convênios e consórcios administrativos.
- 10 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo.
- 11 Agentes públicos: espécies e classificação.
 - 11.1 Cargo, emprego e função públicos.
 - 11.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
 - 11.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 12 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 13 Administração Pública.
 - 13.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 13.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 14 Regime jurídico-administrativo.
 - 14.1 Conceito.
 - 14.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
 - 14.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 15 Agências reguladoras.
- 16 Processo administrativo.
 - 16.1 Lei nº 9.784/1999.
- 17 Poderes e deveres da administração pública.
 - 17.1 Poder regulamentar.
 - 17.2 Dever de agir.
 - 17.3 Dever de eficiência.
 - 17.4 Dever de probidade.
 - 17.5 Dever de prestação de contas.
 - 17.6 Uso e abuso do poder.
- 18 Lei nº 8.987/1995, e suas alterações.
- 19 Lei nº 11.079/2004, e suas alterações (parceria público-privada).
- 19 Improbidade administrativa.
- 20 Processo Administrativo Disciplinar.



21 Licitações e contratos administrativos (Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021): conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações, modalidades, procedimentos, anulação e revogação, sanções.

22 Pregão presencial e eletrônico (Lei nº 10.520/2002).

23 Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

24 Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016).

25 Lei Complementar nº 76/1993 (Estatuto da Polícia Civil do Estado de Rondônia).

26 Lei Complementar nº 68/1992 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia).

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1 Finanças públicas na Constituição Federal de 1988.

1.1 Orçamento: conceito e espécies, natureza jurídica, princípios orçamentários.

1.2 Normas gerais de direito financeiro.

1.3 Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos.

2 Despesa pública.

2.1 Conceito e classificação; disciplina constitucional dos precatórios.

2.2 Receita pública.

2.2.1 Conceito, ingressos e receitas.

2.2.2 Classificação: receitas originárias e receitas derivadas.

3 Dívida ativa da União e dos estados de natureza tributária e não tributária; crédito público; dívida pública.

4 Sistema Tributário Nacional.

4.1 Limitações constitucionais ao poder de tributar.

4.2 Repartição de competências na federação brasileira.

4.3 Delegação de arrecadação.

4.4 Discriminação constitucional das rendas tributárias.

4.5 Legislação sobre o sistema tributário brasileiro.

4.6 Definição de tributo e espécies de tributos.

5 Fontes do direito tributário.

5.1 Conceito de fonte; fontes formais do direito tributário.

5.2 Legislação tributária: leis, tratados, convenções internacionais, normas complementares.



- 5.3 Vigência da legislação tributária.
- 5.4 Aplicação da legislação tributária.
- 5.5 Interpretação e integração da legislação tributária.
- 6 Obrigação principal e acessória: fato gerador; sujeitos ativo e passivo; capacidade tributária; domicílio tributário; responsabilidade tributária; solidariedade tributária; responsabilidade dos sucessores; responsabilidade por infrações.
- 7 Crédito tributário.
 - 7.1 Constituição; lançamento; modalidades; suspensão.
 - 7.2 Compensação, restituição, transação, remissão, prescrição e decadência.
 - 7.3 Conversão de depósito em renda.
 - 7.4 Consignação em pagamento.
 - 7.5 Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado.
 - 7.6 Restituição do tributo transferido; restituição de juros e multas; correção monetária.
 - 7.7 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- 8 Competência tributária.
 - 8.1 Não exercício da competência.
 - 8.2 Competência residual e extraordinária.
 - 8.3 Limitações da competência.
 - 8.4 Princípios da legalidade e da tipicidade.
 - 8.5 Princípio da anualidade.
 - 8.6 Proibição de tributos interlocais.
 - 8.7 Imunidade e isenção.
 - 8.8 Uniformidade tributária.
 - 8.9 Tributação das concessionárias.
 - 8.10 Sociedades mistas e fundações.
 - 8.11 Imunidade recíproca.
 - 8.12 Extensão da imunidade às autarquias.
- 9 Impostos federais, estaduais e municipais.
- 10 Administração tributária: procedimento fiscal; sigilo fiscal e prestação de informações; dívida ativa; certidões e cadastro.



DIREITO AMBIENTAL

1 Direito ambiental constitucional.

1.1 Meio ambiente como direito fundamental.

1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental.

1.3 Competências ambientais legislativa e material.

1.4 Deveres ambientais.

1.5 Instrumentos jurisdicionais.

1.5.1 Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental.

1.6 Função ambiental pública e privada.

1.7 Função social da propriedade.

1.8 Art. 225 da Constituição Federal de 1988.

2 Conceito de meio ambiente e seus aspectos.

2.1 Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.

2.2 Conceito de recursos naturais e meio ambiente como bens ambientais.

2.3 Conceito de biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

2.4 Significado de direitos culturais.

3 Princípios de direito ambiental.

3.1 Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional.

3.2 Princípios da tutela do patrimônio cultural.

3.2.1 Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, prómonumento, valorização sustentável.

4 Política Nacional de Meio Ambiente.

4.1 Objetivos.

4.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos).

4.3 SISNAMA: estrutura e funcionamento.

4.4 Lei nº 6.938/1981, e suas alterações.

4.5 Decreto nº 99.274/1990, e suas alterações.

4.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986, e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA).



- 4.7 Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental).
- 4.8 Resolução do CONAMA nº 378 (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional).
- 5 Recursos hídricos.
 - 5.1 Lei nº 9.433/1997, e suas alterações (política nacional de recursos hídricos).
 - 5.2 Resolução do CNRH nº 16/2001, e suas alterações.
 - 5.3 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).
- 6 Recursos florestais.
 - 6.1 Lei nº 12.651/2012, e suas alterações.
 - 6.2 Lei nº 11.284/2006 (Gestão de florestas públicas).
 - 6.2.1 Significado de gestão e de concessão florestal.
- 7 Espaços territoriais especialmente protegidos.
 - 7.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal.
 - 7.2 Lei nº 9.985/2000, e suas alterações (SNUC).
 - 7.2.1 Tipos de unidades, objetivos e categorias.
- 8 Política urbana.
 - 8.1 Diretrizes, instrumentos e competência.
 - 8.2 Artigos 182 e 183 da Constituição Federal.
 - 8.3 Lei nº 10.257/2001, e suas alterações.
- 9 Responsabilidades.
 - 9.1 Efeito, impacto e dano ambiental.
 - 9.2 Poluição.
 - 9.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal.
 - 9.4 Tutela processual.
 - 9.4.1 STF, STJ e tribunais de justiça estaduais.
 - 9.5 Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas.
 - 9.6 Lei nº 9.605/1998, e suas alterações.
 - 9.7 Decreto nº 6.514/2008, e suas alterações.
 - 9.8 Lei Complementar nº 140/2011.
 - 9.9 Lei nº 11.405/2007 e Lei nº 12.305/2010.



NOÇÕES DE MEDICINA LEGAL

- 1 Perícia médico-legal: perícias médico-legais, perícia, peritos.
- 2 Documentos legais: conteúdo e importância.
- 3 Traumatologia forense.
 - 3.1 Energia de ordem física.
 - 3.2 Energia de ordem mecânica.
 - 3.3 Lesões corporais: leve, grave e gravíssima e seguida de morte.
- 4 Tanatologia forense: causas jurídicas da morte, diagnóstico de realidade da morte.
- 5 Sexologia forense.
- 6 Imputabilidade penal.
- 7 Energia de ordem química (vitriolagem, cáusticos, veneno) e Energia de ordem físico-química (asfixias).
- 8 Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez.
- 9 Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual.
- 10 Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia da lei no espaço.
- 2 Pessoa natural.
- 3 Pessoa jurídica.
- 4 Personalidade.
- 5 Domicílio e residência.
- 6 Bens, diferentes classes de bens.
- 7 Fato Jurídico.
 - 7.1 Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos.
 - 7.2 Negócio Jurídico.
 - 7.3 Prescrição e decadência.
- 8 Posse.
 - 8.1 Classificação, aquisição, efeitos e perda.
 - 8.2 Propriedade: aquisição e perda da propriedade.
 - 8.3 Direito real sobre coisa alheia.

9 Responsabilidade civil.

9.1 Teoria da culpa e do risco.

CRIMINOLOGIA

1 Criminologia.

1.1 Conceito.

1.2 Métodos: empirismo e interdisciplinaridade.

1.3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.

2 Funções da criminologia.

2.1 Criminologia e política criminal.

2.2 Direito penal.

3 Modelos teóricos da criminologia.

3.1 Teorias sociológicas.

3.2 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.

3.3 Prevenção primária.

3.4 Prevenção secundária.

3.5 Prevenção terciária.

3.6 Modelos de reação ao crime.

4 Criminologia Ambiental.



CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!





aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova